

Editorial

O Dossiê “Debates sobre Gênero: Refletindo sobre os Direitos Humanos das Mulheres” visa explorar questões pertinentes ao gênero, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres, sob uma variedade de perspectivas multidisciplinares.

A ideia do presente Dossiê surgiu a partir do resultado de pesquisas de professoras do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (Mestrado/ Doutorado) PPGIDH-UFG, que trabalham na Linha de pesquisa 2: Práticas e representações sociais de promoção e defesa de Direitos Humanos e no Grupo de pesquisa: Raça, Classe, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades, que juntamente com professoras de outros programas de Pós Graduação e suas respectivas orientandas têm trabalhado com a temática de gênero.

São 15 artigos de autoras mulheres que oferecem análises teóricas substanciais, estudos de caso empiricamente fundamentados e reflexões críticas sobre as interseções entre gênero, direitos humanos e justiça social. O objetivo foi reunir uma coleção diversificada de artigos que abordem uma ampla gama de tópicos relacionados aos direitos das mulheres, incluindo:

- Igualdade de gênero e equidade nos sistemas jurídicos;
- Violência de gênero e suas implicações legais e sociais;
- Feminismo e movimentos sociais em prol dos direitos das mulheres;
- Políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero;
- Representação das mulheres na mídia e na política;
- Desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes contextos culturais e sociais.

Abrindo o Dossiê artigo intitulado “Políticas de Ações Afirmativas para mulheres indígenas na UFG”, investiga as políticas de ação afirmativa destinadas a garantir o acesso de mulheres indígenas aos cursos regulares de graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG). Discute como essas políticas públicas desempenham um papel crucial na redução das desigualdades sociais, e o acesso à educação é fundamental para promover a justiça social e garantir os direitos humanos.

Ainda sobre Ações Afirmativa e Mulheres o artigo seguinte intitulado “Direitos Humanos e Interseccionalidade rumo à inclusão: implementação e desdobramentos das políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Goiás, mostra a trajetória da implementação das políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Goiás (UFG) e oferecer reflexões sobre os desdobramentos para ampliar a inclusão social.

O terceiro artigo, “Mulheres sentenciadas pelo tráfico de drogas em Goiânia, Brasil: uma análise criminológica e de gênero”, examina os estereótipos de gênero presentes nas sentenças penais condenatórias de mulheres detidas no Centro de Inserção Social Consuelo Nasser, localizado na capital de Goiás, Brasil. A base teórica dessa discussão é a epistemologia feminista, com uma perspectiva interseccional e foco na teoria da criminologia feminista.

Na mesma linha o artigo, “A Prisão Domiciliar Cautelar e a realidade das mulheres encarceradas no Brasil”, analisa a situação das mulheres sujeitas à prisão cautelar no Brasil, destacando as disparidades de gênero no sistema de justiça criminal. Investiga o aumento do número de mulheres encarceradas, muitas vezes decorrente do uso excessivo de medidas cautelares, e examina o impacto dessas práticas nas desigualdades sociais e violações de direitos.

Seguindo na discussão sobre mulheres e o sistema prisional o artigo “Desigualdades de gênero no sistema de justiça criminal: explorando a interseccionalidade”, investiga as desigualdades de gênero presentes no sistema penal brasileiro, enfatizando a relevância da abordagem interseccional na análise dos dados sociais.

O sétimo artigo com o título “As redes de solidariedade a partir do cuidado de crianças com

deficiência”, discute o conceito de cuidado à luz das pesquisas contemporâneas, especialmente das perspectivas teóricas feministas, abordando gendrificação e naturalização do cuidado, bem como as consequências da manutenção desses estereótipos para as mulheres que desempenham o papel de cuidadoras.

Discutindo a mesma temática o artigo, “RECONHECIMENTO DO TRABALHO DO CUIDADO: UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA JURÍDICA”, explora o reconhecimento do trabalho do cuidado sob uma perspectiva sociológica e jurídica. O texto discute as dinâmicas sociais e econômicas relacionadas ao cuidado de pessoas vulneráveis, como crianças, idosos e doentes, e ressalta as desigualdades de gênero e sociais associadas a essa atividade.

Na mesma direção o artigo “E se Hermes fosse uma mulher?! Por uma teoria constitucional da pensão equânime”, analisa em que medida o tempo de cuidado tem sido, ou não, um (novo) critério considerado na fixação de pensão alimentícia, seus limites e possibilidades.

Com uma abordagem na psicanálise, o terceiro artigo, “Pelo direito ao desenvolvimento saudável para as mulheres no Brasil, analisa os desafios enfrentados pelas mulheres desde quando são crianças até a fase adulta, indicando quais os impactos e consequências no funcionamento psíquico acarretados por rupturas ou vivências traumáticas, a partir da teoria do desenvolvimento embasada na psicanálise.

A sensibilidade artística, das autoras no artigo “Nossa luta inadiável por direitos: artes visuais, feminismos e decolonialidade”, nos traz outro olhar sobre a temática em tela. Utiliza uma abordagem epistemológica feminista decolonial para analisar as obras, das artistas plásticas, Dalva França de Assis, Maria Macêdo e Dilia Cortés, e a partir daí levantam questões essenciais na luta por direitos liderada por mulheres do sul global.

Com uma abordagem histórica o décimo terceiro artigo, O Jornal “O Itaberahy” e o processo de conquista dos direitos das mulheres em Goiás (1926-1930), examina como muitos textos do periódico goiano “O Itaberahy”, que circulou entre os anos de 1926 e 1930 em Goiás, foi de mulheres, e publicado sem autoria ou sob pseudônimos literários. Busca elucidar as formas de mobilização das mulheres goianas em defesa de seus direitos, considerando a estrutura patriarcal da sociedade da época, que marginalizava as mulheres em diversas esferas da vida, negando-lhes protagonismo e participação ao longo do tempo.

O artigo seguinte intitulado “Feminismo latinoamericano inclusivo: tieta como figura das interseccionalidades para além do gênero”, explora a natureza humana de categorizar os diferentes aspectos da vida, desde os primórdios da civilização, quando foram estabelecidos papéis sociais para cada sexo. A personagem Tieta, é selecionada como representante, pois aglutina características que são alvo de diversas formas de opressão histórica e social. Mulher, negra, pobre, nordestina e de sexualidade aflorada.

O artigo “A [sub]representatividade feminina no poder judiciário do Estado de Goiás”, aborda a representatividade das mulheres no cargo de magistrado no Poder Judiciário do Estado de Goiás. Investigamos como o habitus de subordinação das mulheres no espaço privado é reproduzido no Poder Judiciário brasileiro, em geral, e em Goiás, em particular, resultando em uma dupla estratificação - horizontal e vertical.

O penúltimo artigo intitulado “A Mulher no discurso dos Direitos Humanos, busca promover uma reflexão crítica sobre a teoria dos direitos humanos”. Mostra como os direitos humanos são concepções historicamente construídas que se fundamentam no conceito de humanidade, o qual não é intrinsecamente natural ou universal - e, por consequência, os direitos humanos também não o são. Essa crítica não busca invalidar ou diminuir a importância dos direitos humanos, mas sim demonstrar a necessidade urgente de revisitar as teorias do direito e da democracia para incluir efetivamente no debate as perspectivas das mulheres plurais e o lugar social e político desses grupos específicos.

Por último o artigo “Observatório Regional de Políticas Públicas de Combate à Violência contra as Mulheres: O olhar da academia para emancipação social” mostra como os dados levantados e analisados pela equipe de pesquisadores, do Observatório regional de políticas de combate às violências de gênero pela Universidade Federal de Goiás, campus cidade de Goiás têm cumprido um importante papel para o conhecimento científico produzido nas universidades públicas em prol da sociedade e incentivado a produção de políticas públicas que possam enfrentar o problema.

Acreditamos que este dossiê será de grande interesse para os leitores da Revista Humanidades & Inovação, proporcionando uma visão abrangente e atualizada sobre questões cruciais relacionadas aos direitos humanos das mulheres e ao debate de gênero em geral.

Organização

Dra. Margareth Pereira Arbués / UFG

Dra. Maurides Macêdo / UFG

Dra. Jéssica Painkow Rosa Cavalcante / Unitins